

O Clima, apesar de Copenhaga



MADALENA CALLÉ LUCAS

Morais Leitão, Galvão Teles,
Soares da Silva & Associados

O drama das alterações climáticas tem assumido especial importância como sendo uma das maiores ameaças que o nosso planeta enfrenta. A maioria dos grupos científicos confirmou o aumento do aquecimento global e a responsabilidade humana, em resultado das actividades emissoras de gases com efeito de estufa. Além disso, demonstrou-se que os custos no combate às alterações climáticas serão elevados mas que os custos de nada fazer serão incomparavelmente mais altos.

Os Estados estão hoje a braços com o enorme desafio de, em tempo útil e através da adopção de critérios justos de repartição de esforços, definir o caminho e assumir os compromissos que permitam a transição de economias de alta intensidade carbónica para economias de baixo consumo de carbono ou “descarbonizadas”. O objectivo é assegurar a cura de um planeta cujos humores climáticos se prevêem cada vez mais imprevisíveis.

Como se tal não bastasse, pessoas e empresas carecem de incentivos para adoptar comportamentos que resultem na redução das emissões. Estes incentivos podem ser morais, mas não exclusivamente. Será necessário ver reflectido o valor do carbono nos preços, nos mercados e nos resultados económicos das actividades, de modo a beneficiar quem não polui ou quem desenvolve projectos e tecnologias que permitam não poluir no futuro.

Com estes desafios presentes, 37 países desenvolvidos e a União Europeia (UE) comprometeram-se, no âmbito do Protocolo de Quioto, a reduzir as suas emissões num total de 5% relativamente aos níveis de 1990, no período de 2008-2012. Quioto previu desde logo mecanismos de mercado

para cumprimento dos compromissos assumidos: comércio internacional de emissões, mecanismos de desenvolvimento limpo (CDM) e projectos de implementação conjunta (JI). E assim se deram os primeiros passos.

Em 2007, estabeleceu-se em Bali o roteiro para as negociações de um novo acordo climático global juridicamente vinculativo, a alcançar até 2009, para entrar em vigor em Janeiro de 2013. Este novo acordo deverá limitar o aumento da temperatura global a um máximo de 2°C, pelo que as metas devem ser mais ambiciosas e simultaneamente atractivas para serem aceites por países que não tinham ratificado Quioto como os Estados Unidos e a China.

Contudo, à chegada da Conferência de Copenhaga, as opiniões encontram-se ainda divididas quanto aos principais temas: compromissos de redução de emissões pelos países desenvolvidos, medidas a adoptar pe-

Se, por um lado a China, tem sido alvo de atenção pelos sinais positivos que tem transmitido, os Estados Unidos têm desapontado.

los países em desenvolvimento e o pacote de financiamento pós-2012.

As metas de redução apresentadas ficam aquém dos intervalos sugeridos pelos dados científicos. E se, por um lado a China, tem sido alvo de atenção pelos sinais positivos que tem transmitido, os Estados Unidos têm desapontado.

Paralelamente os Estados estão a guardar para Copenhaga as suas posições relativas à questão fulcral da negociação de um pacote financeiro a ser concedido aos países em desenvolvimento para se adaptarem aos impactos das alterações climáticas.

Outros aspectos, com consequências directas nos mercados de carbono entretanto criados, onde se transaccionam créditos de redução de emissões, serão alvo de debate aceso.

Tem-se afirmado que o mais provável é que em Copenhaga se adopte um “compromisso político” que aborde os temas principais discutidos em Bali. Preferível seria, no entanto, que, a não se alcançar um acordo internacional vinculativo, emergisse da Conferência a efectiva definição dos objectivos relacionados com a redução de emissões, os montantes de financiamento e outros aspectos chave do futuro acordo e se deixasse firme um calendário de arranque, com prazos precisos, numa forma de promessa dos Estados.

Ainda que tal não suceda, certo é que o tema das alterações climáticas vai continuar a influenciar inúmeros sectores da actividade económica por muito tempo. Se, por um lado, para os 27 países da UE e empresas que aí operam o Pacote Energia-Clima impõe já restrições diversas até 2020, por outro lado, não deixará de haver pessoas, empresas e Estados que voluntariamente contribuam para o desenvolvimento de economias livres de carbono.

E que, no limite, não se tenha a tendência de olhar com sufoco para o desenvolvimento de economias “descarbonizadas” pois o combate às alterações climáticas (voluntário ou não) tem criado cada vez mais oportunidades de actuação e negócio, tudo indicando que esta realidade sobreviverá aos resultados de Copenhaga. ■